

Revisitando os impactos fiscais da dinâmica demográfica sobre o RGPS

Muito além dos ajustes de curto prazo

Fernando Fernandes · Paulo Paiva

Imagine Brasil

Seminário de Pós-Graduação em Demografia

Cedeplar — UFMG · Belo Horizonte

3 de junho de 2026

O debate sobre o RGPS está mal enquadrado

O ENQUADRAMENTO DOMINANTE

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é deficitário, e **cortar benefícios** é a via para o equilíbrio fiscal.

Não se corta caminho para a estabilidade. Mais de 90% do orçamento já está comprometido com despesas obrigatórias — com projeção de captura total em 2027.

O RGPS previdenciário não está em déficit. Sob contabilidade estritamente previdenciária, registrou superávit de **R\$ 40,3 bi** em 2023.

A sustentabilidade do RGPS depende menos de cortes em benefícios e mais de **produtividade, formalização do trabalho e contabilidade honesta.** Esta análise fiscal-demográfica sustenta esse diagnóstico.

De onde vem o superávit: previdência ≠ assistência

Despesas com benefícios do RGPS (2023)¹ R\$ 717,3 bi

(–) Previdência rural não contributiva (assistencial)

R\$ 146,6 bi

= Despesas estritamente previdenciárias R\$ 570,7 bi

Arrecadação do RGPS (empresas + trabalhadores)

R\$ 610,96 bi

→ Superávit previdenciário R\$ 40,3 bi

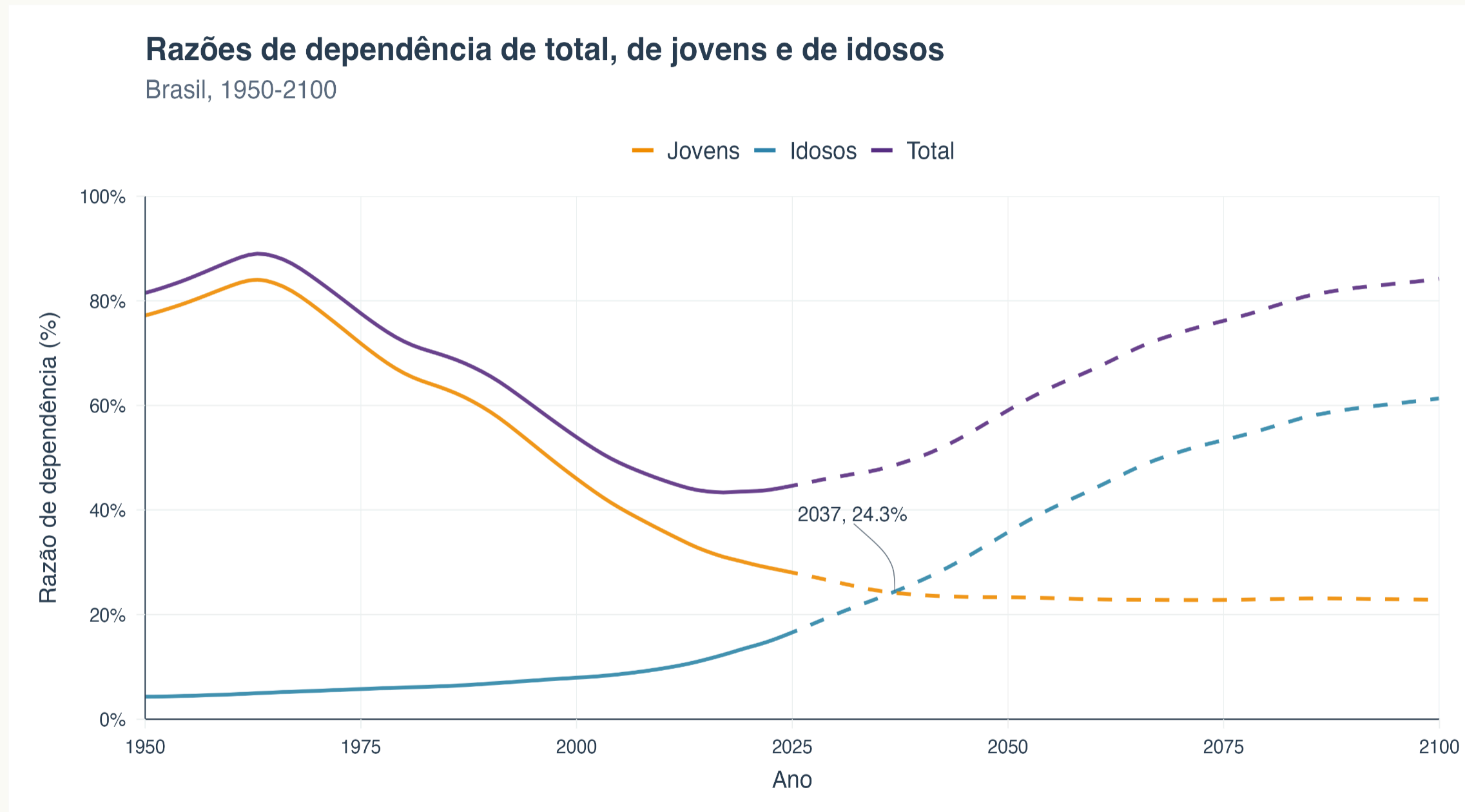
A previdência rural não contributiva responde por **20,4%** dos benefícios — financiada como seguridade, mas sem contrapartida contributiva direta.

Alocá-la no Orçamento da Assistência Social — como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família — alinha financiamento e natureza do benefício, e revela um RGPS contributivo em equilíbrio.

¹ Já exclui BPC e RMV (R\$ 77,0 bi) e benefícios sem detalhamento demográfico (R\$ 3,8 bi).

Total bruto emitido em 2023: R\$ 798,1 bi. Valores em reais de 2023.

A pressão demográfica é real e irreversível



Razão de dependência (%) por grupo etário · Brasil, 1950–2100 (tracejado = projeção). Fonte: UN World Population Prospects (2024) (United Nations, 2024). Preparado pelos autores.

Dados e método: o que entra na projeção

① Fontes

- População: IBGE, revisão 2024 — idade simples × sexo, 2017–2070
- Benefícios e contribuintes: AEPS 2017–2023 + BEPS set/2024

② Tratamento

- População → 15/dez por splines (alinha ao AEPS)
- Emitidos por idade × sexo dos *ativos*
- Idade simples por splines (preserva totais)
- Valores em R\$ de 2023 (rural: SM; urbano: INPC 72% + SM 28%)

③ Escopo

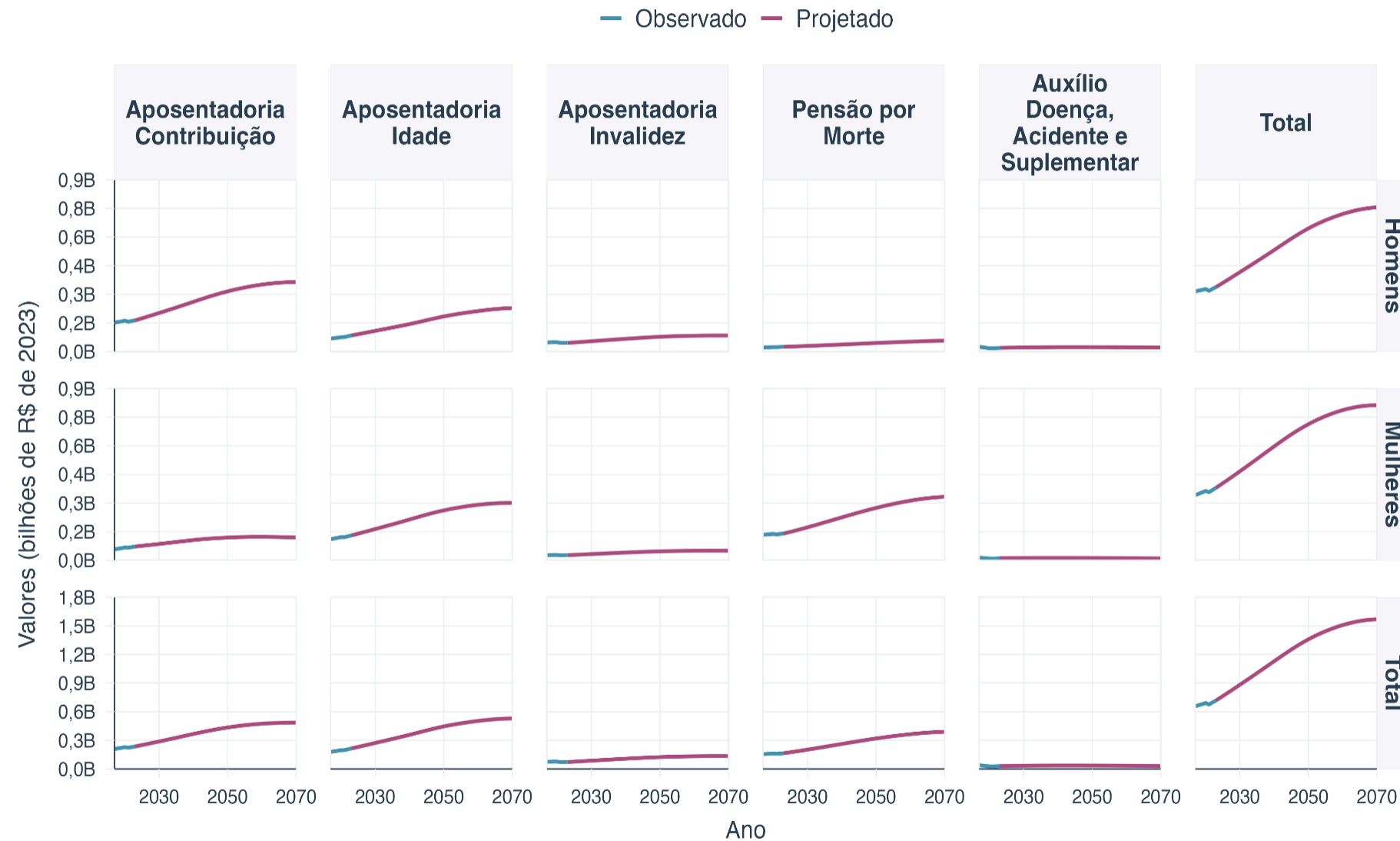
- Previdenciário + Acidentário — o que é projetável por idade e sexo
- Exclui assistencial BPC/RMV (R\$ 77,0 bi) e benefícios sem detalhe demográfico (R\$ 3,8 bi)
- Base projetada: R\$ 717,3 bi (de 2023)

Projeção **demográfica**: a estrutura por idade e sexo de benefícios e contribuintes é levada a 2070. As alavancas testadas adiante — **formalização** e **crescimento salarial real** — entram como cenários explícitos.

As despesas projetadas dobram até 2070

Valor anual de benefícios emitidos em bilhões de reais de 2023

Por espécie de benefício e sexo, 2017-2070



Valor total de benefícios emitidos (R\$ de 2023):

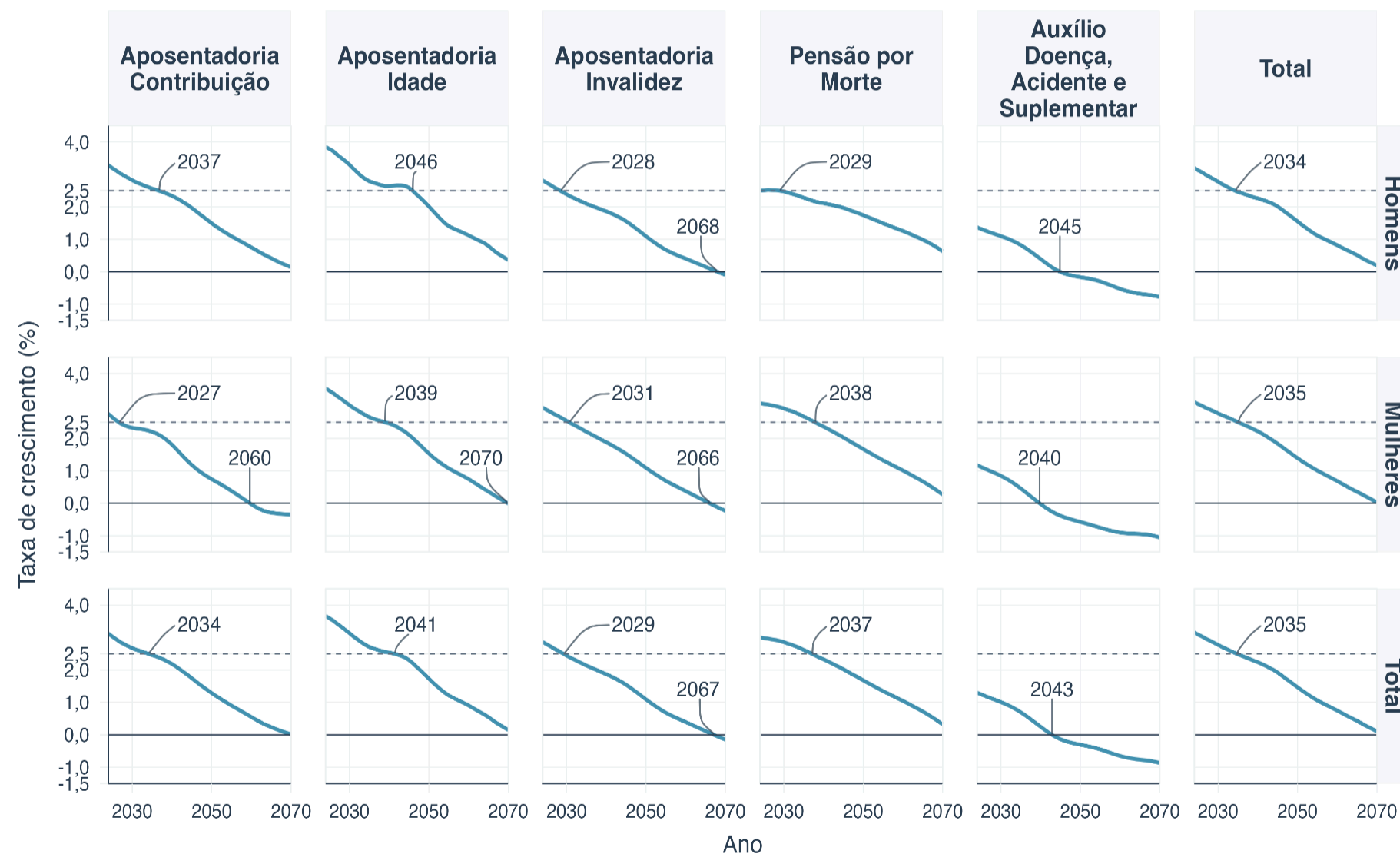
R\$ 763 bi (2025) → R\$ 1.568 bi (2070)

Aposentadoria por contribuição, por idade e pensão por morte são os principais vetores — sobretudo entre as mulheres.

Mas o ritmo de crescimento desacelera

Taxa de crescimento do valor de benefícios emitidos em reais de 2023

Por espécie de benefício e sexo, 2024-2070

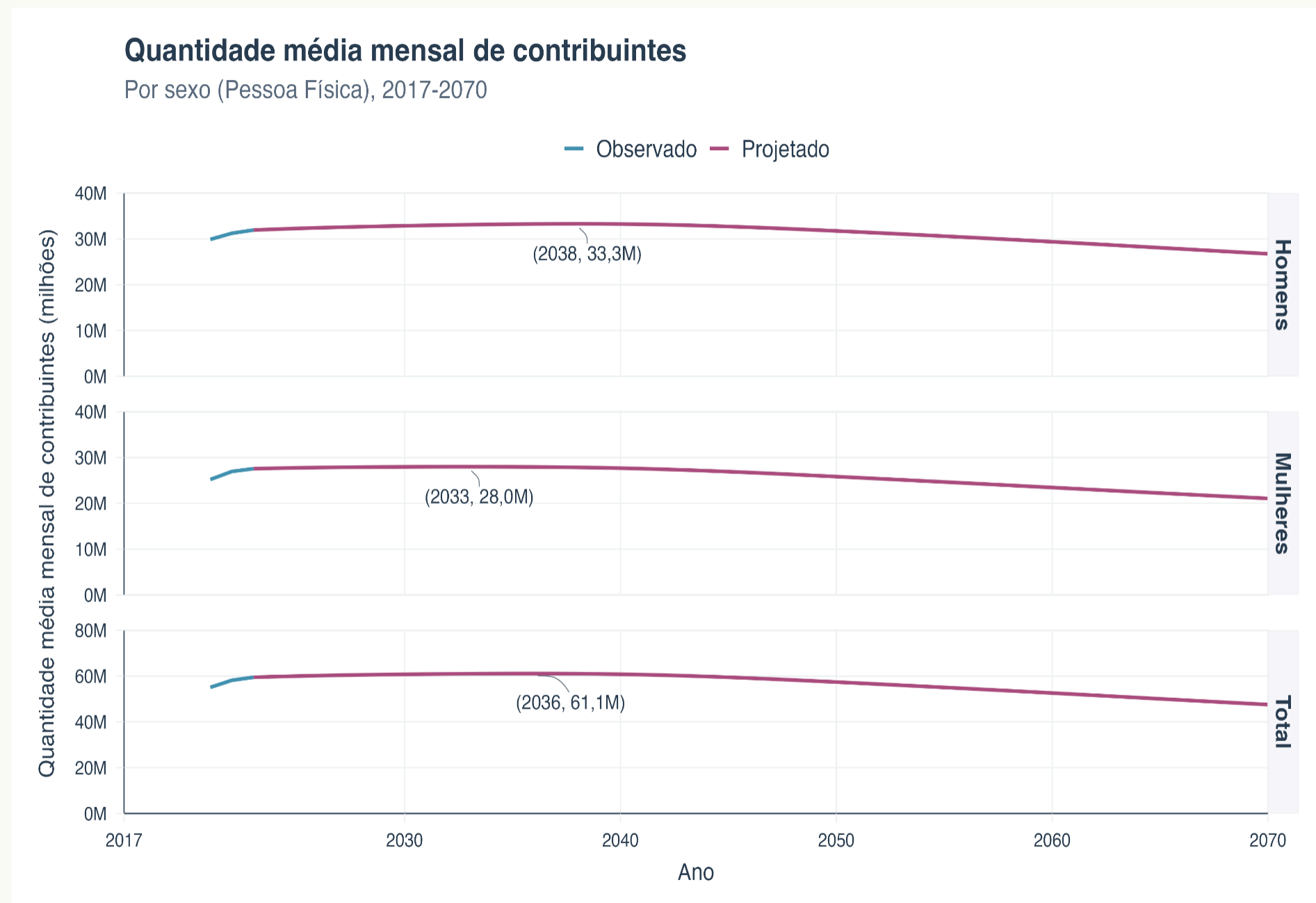


As taxas de crescimento caem abaixo de **2,5% a.a.** entre 2027 e 2046 e seguem caindo.

Tornam-se **negativas** entre 2060 e 2070 — e já nos anos 2030/40 para benefícios por doença, acidente e invalidez.

O pico da aceleração das despesas **ficou no passado.**

Os contribuintes atingem o pico em 2036



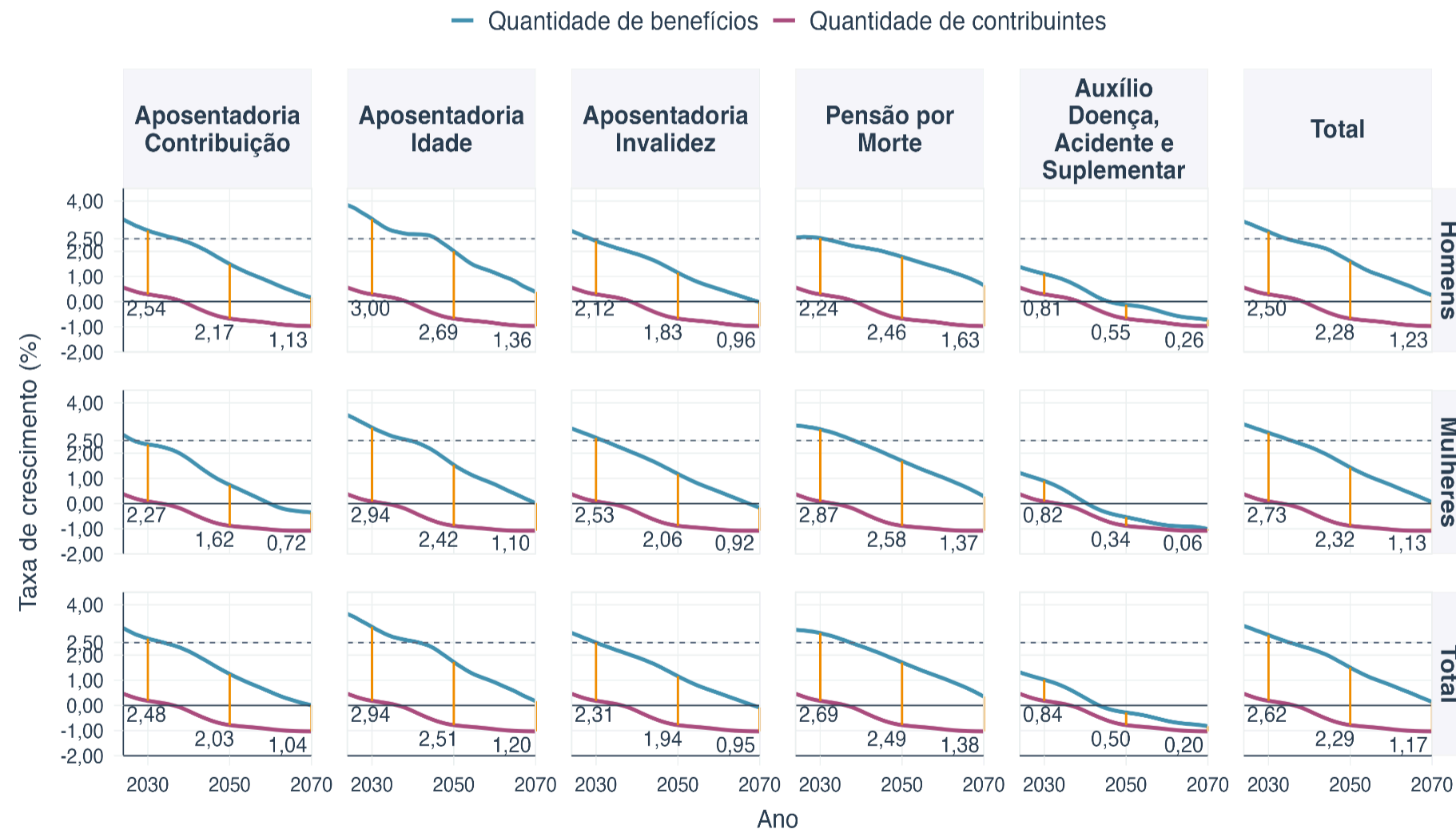
Apenas **54,6%** da força de trabalho contribuía para o RGPS em 2023.

A base contributiva atinge o pico e depois declina (mulheres em 2033, homens em 2038) — a **formalização** é a alavanca mais imediata, sem mexer em alíquotas ou benefícios.

A divergência entre benefícios e contribuições se estreita

Taxa de crescimento da quantidade de benefícios emitidos e da média mensal de contribuintes

Por espécie de benefício e sexo, 2024-2070



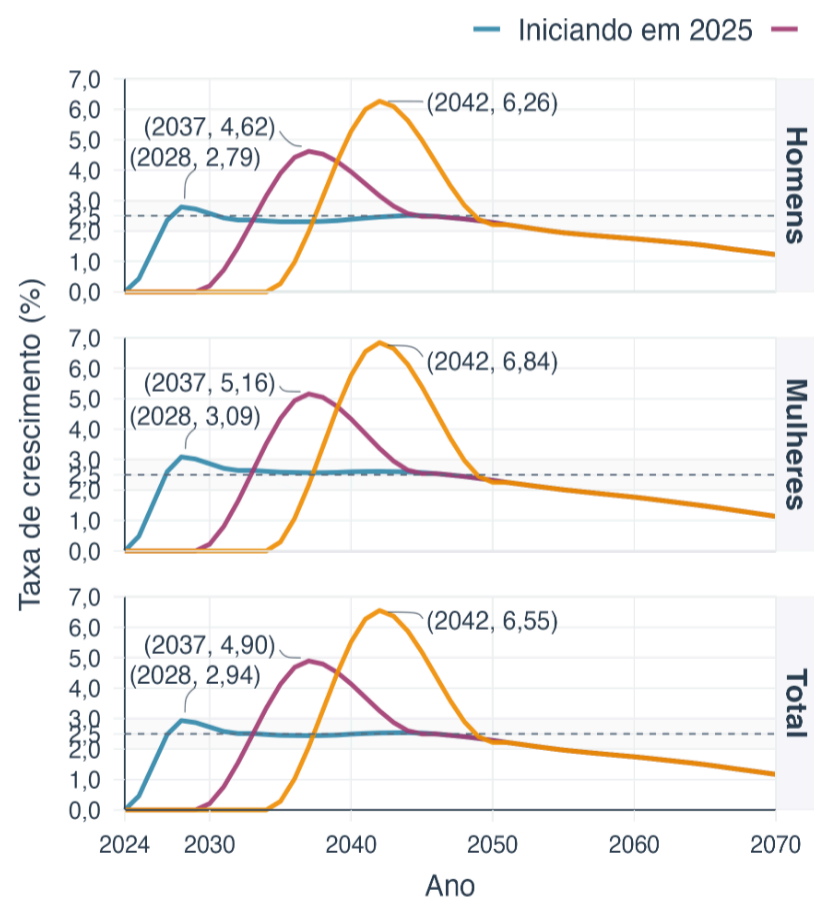
A diferença entre as taxas de crescimento de benefícios e contribuições converge de **2,17 p.p.** (2050) para **~1 p.p.** em 2070.

A divergência é máxima nos anos 2020–40 e depois se estreita — a pressão na margem fica para trás.

Crescimento salarial real de 2,9% reequilibra o sistema

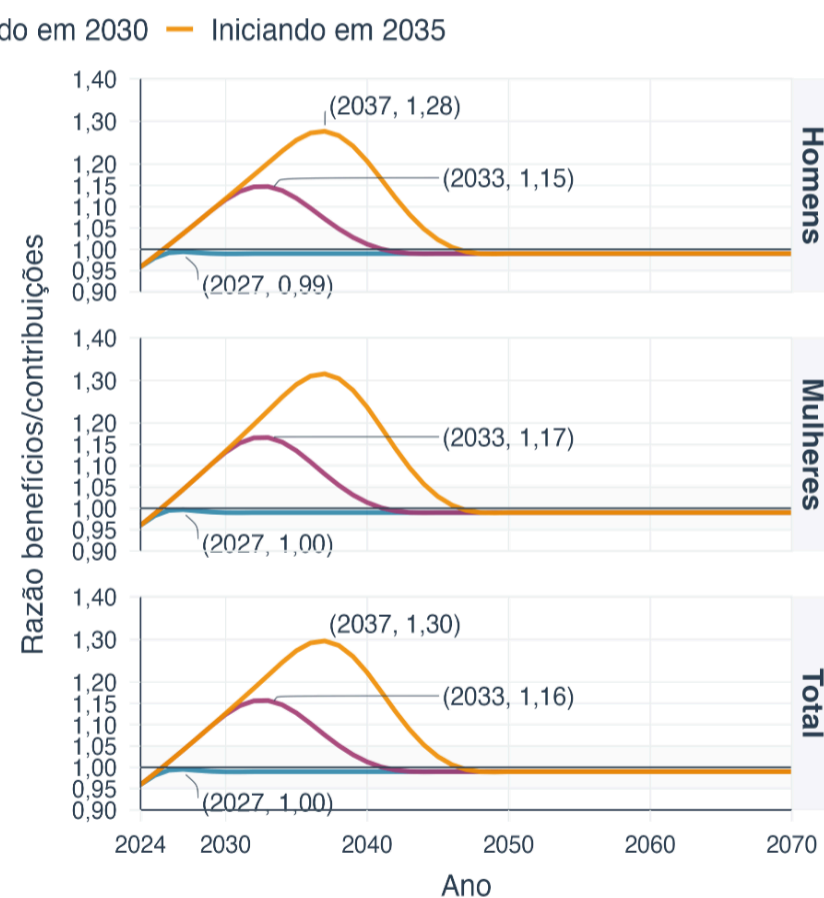
1 Taxas de crescimento real dos salários necessário para manter equilíbrio previdenciário

Por sexo e diferentes anos de início de crescimento real dos salários, 2024-2070



2 Razão entre valor de benefícios emitidos e contribuições realizadas por empresas e trabalhadores

Por sexo e diferentes anos de início de crescimento real dos salários, 2024-2070



Ganhos reais de salário a partir de **2025** (pico de **2,9%** em 2028, ~2,5% até 2050) mantêm a razão despesa/arrecadação **abaixo de 1,0**.

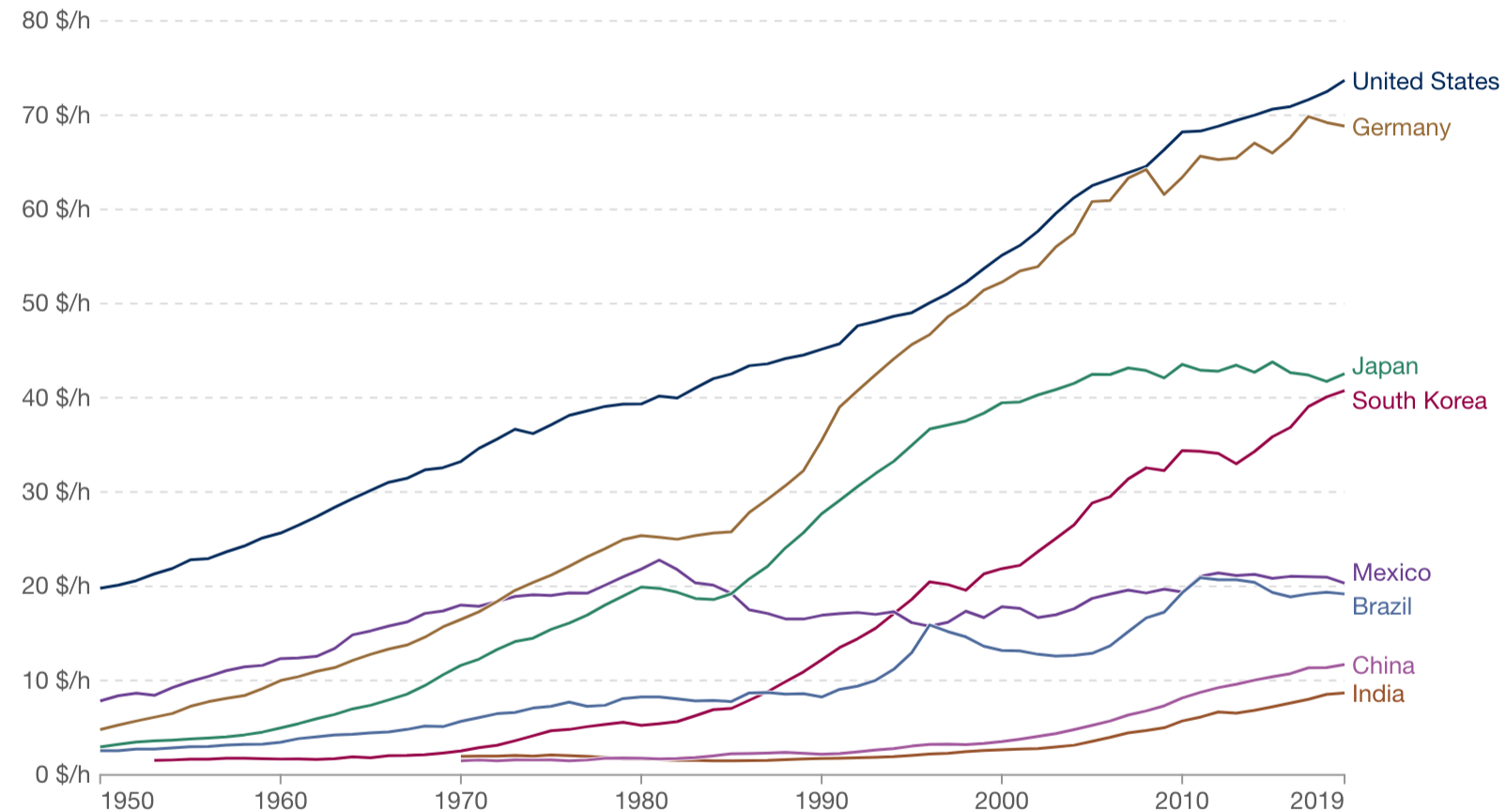
Antecipar é decisivo: iniciar em 2030 ou 2035 exige taxas inviáveis. Ganhos atados à produtividade não são inflacionários.

A restrição estrutural: produtividade estagnada há meio século

Productivity: output per hour worked

Our World
in Data

Productivity is measured as gross domestic product (GDP) per hour of work. This data is adjusted for inflation and differences in living costs between countries.



Data source: Feenstra et al. (2015), Penn World Table (2021)

OurWorldinData.org/economic-growth | CC BY

Note: This data is expressed in international-\$ at 2017 prices per hour.

PIB por hora trabalhada (USD, preços de 2019). Fonte: Giattino, Charlie, e Esteban Ortiz-Ospina. 2020. "Do workers in richer countries work longer hours?" Our World in Data. (Giattino & Ortiz-Ospina, 2020).

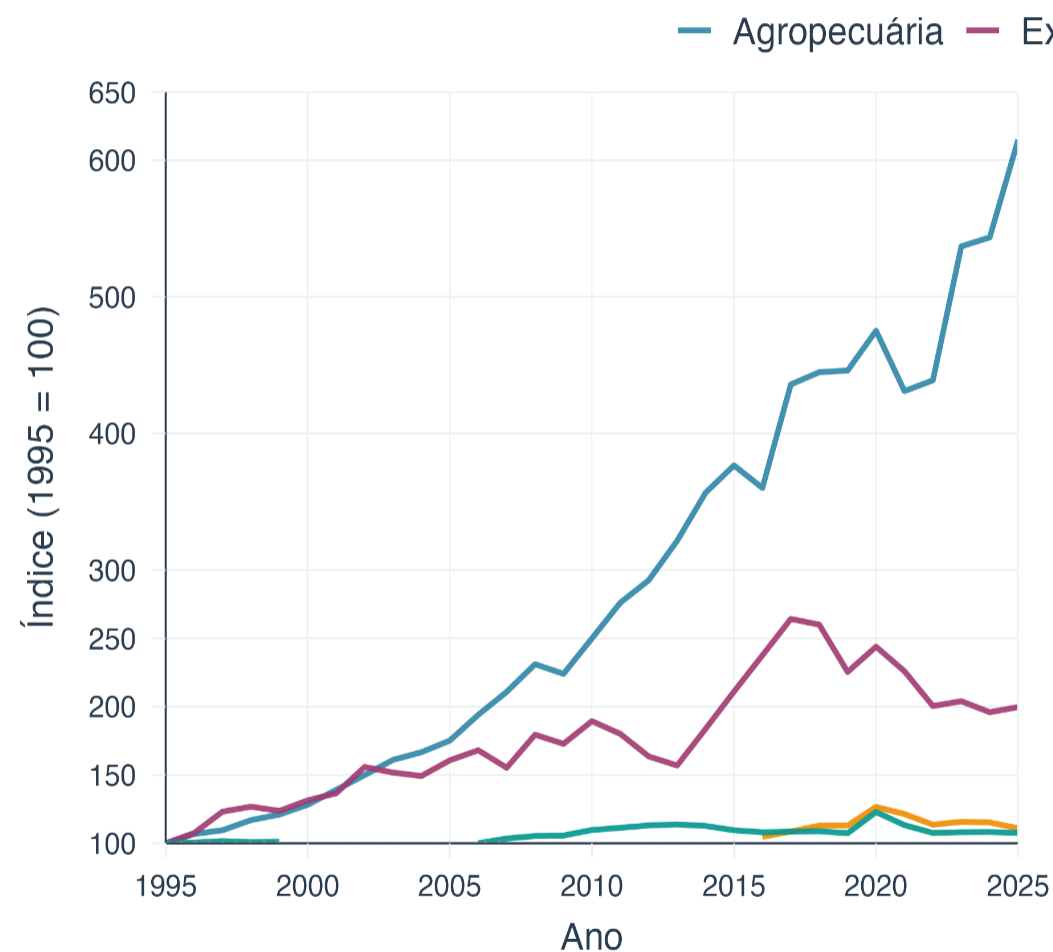
Fernandes & Paiva (2026) · Imagine Brasil · Seminário Cedeplar/UFMG

A estagnação não é uniforme: o agro dispara, indústria e serviços ficam para trás

1

Produtividade por hora trabalhada

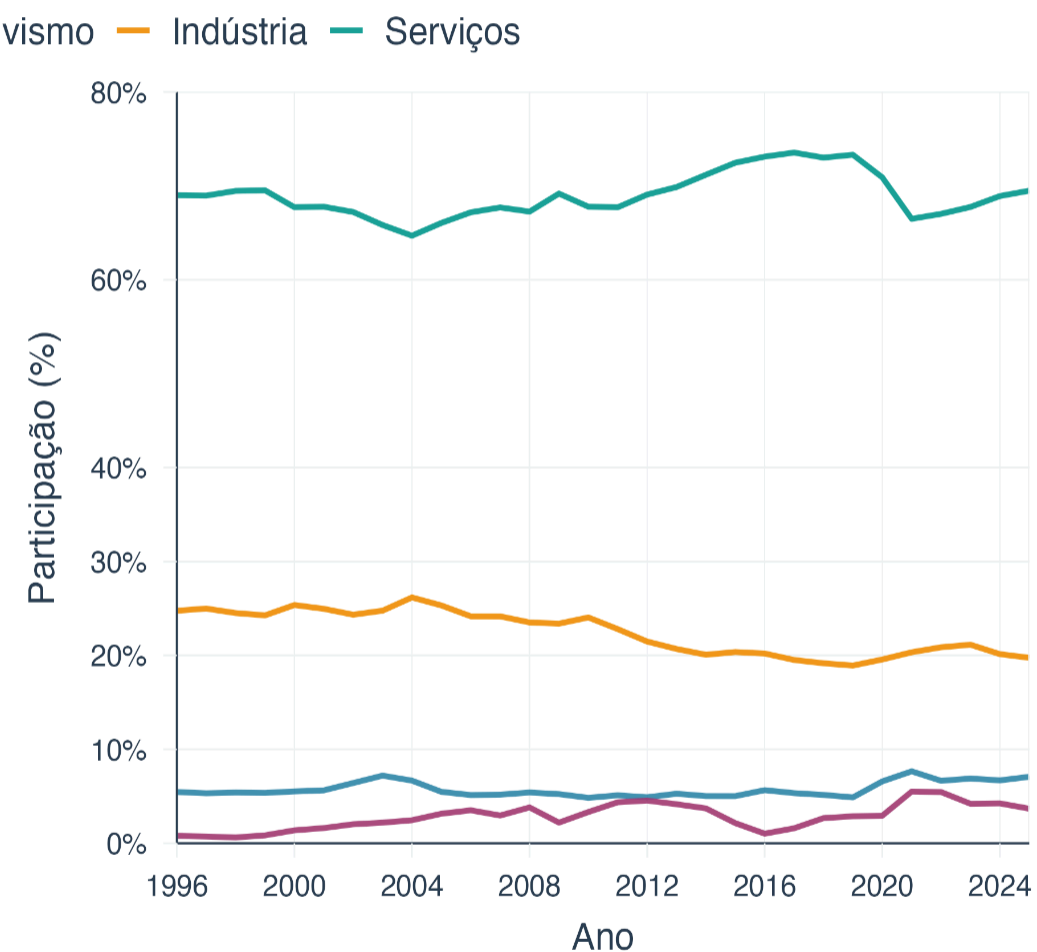
Brasil, 1995–2025 · índice 1995 = 100



2

Participação no valor adicionado

Brasil, 1996–2025 · % do VA total



Setores: agropecuária; extrativismo (CNAE Seção B — petróleo, gás natural e minerais); indústria exceto extrativas (transformação, construção e SIUP); serviços. Fonte: Painel 1 (produtividade por hora) — Observatório da Produtividade Regis Bonelli (FGV IBRE); Painel 2 (participação no valor adicionado) — IBGE, Contas Nacionais Trimestrais (SIDRA 1846), referência 2010. Preparado pelos autores. Fernandes & Paiva (2026) · Imagine Brasil · Seminário Cedeplar/UFGM

Sustentabilidade em três frentes — não em cortes lineares

① **Receitas: produtividade e formalização**

- Ampliar a base de contribuintes e vincular salários à produtividade
- Priorizar educação e setores de alta produtividade: STEM, inovação, abertura tecnológica e comercial
- Inserir jovens via novo ensino médio e Sistema S

② **Benefícios: desindexação do salário-mínimo**

- Corrigir benefícios pela inflação, não por ganhos reais do mínimo
- Eliminar distorções atuariais e preservar o poder de compra
- Liberar reajustes do próprio salário-mínimo

③ **Orçamento: separação e planejamento**

- Alocar benefícios assistenciais (BPC, rural) no Tesouro
- Revisar gastos e adotar orçamentos plurianuais
- Abrir espaço fiscal para o envelhecimento (BPC, SUS, cuidado)

Reformas paramétricas sobre benefícios produzem efeito apenas em ~30 anos. A sustentabilidade de curto e médio prazo exige foco nas **receitas** e na **qualidade do gasto público**.

A sustentabilidade do RGPS é, antes de tudo, um problema de **receitas** — não de benefícios.

- 1.** A separação contábil entre previdência e assistência é um avanço de transparência?
- 2.** O reequilíbrio depende de ganhos reais de salário de $\sim 2,9\%$ a.a., atados à produtividade. É plausível para o Brasil das últimas décadas — e qual é o plano B se a produtividade não reagir?
- 3.** Se reformas de benefícios rendem apenas em ~ 30 anos, o que cabe ao RGPS no arcabouço fiscal de curto prazo — e como evitar que o debate sobre cortes desloque a atenção da agenda de receitas?

Fernandes, F. & Paiva, P. (2026). *Revisitando os impactos fiscais da dinâmica demográfica sobre o RGPS: muito além dos ajustes de curto prazo*. Fundação Dom Cabral / Iniciativa Imagine Brasil, Belo Horizonte. · imaginebrasil.fdc.org.br · demographyandme@outlook.com · paulo.paiva@educ.fdc.org.br